

# Governo dará alternativas

O Ministério da Economia trabalha com um cardápio de opções para apresentar ao Congresso, na negociação da nova lei do salário mínimo, que precisa ser aprovada até o final de agosto. Entre as alternativas para proteger também os salários mais baixos, estuda-se a criação de um piso setorial diferenciado, que corresponderia às características de cada segmento produtivo da economia. Outra idéia é a concessão de reajustes automáticos para as faixas salariais mais baixas, com base num índice projetado.

A idéia do piso setorial está fundamentada no Artigo 7, Inciso 5, da Constituição, que prevê como direito dos trabalhadores "um piso salarial proporcional à extensão e complexidade do trabalho". Os técnicos do Ministério da Economia avaliam que esse artigo dá respaldo à proposta, idealizada pelo secretário de Política Econômica, Roberto Macedo. Entretanto, não há consenso ainda sobre a forma de viabilizar esse piso, através de lei. Essa alternativa atende ao objetivo da política econômica, que não quer engessar a política salarial, concedendo reajuste linear para todos os trabalhadores.

Além disso, a proteção dos trabalhadores de renda mais baixa,

nesse caso, estaria condicionada à capacidade produtiva de cada setor. Na prática, os ganhos de produtividade seriam repassados aos salários mais baixos. Esse modelo já é adotado pelas categorias mais organizadas, que através de convenções coletivas têm fixado pisos salariais acima do salário mínimo. A dúvida dos economistas do Governo é como estender o critério para todos os trabalhadores.

Outra alternativa que deve ser apresentada aos parlamentares é o reajuste diferenciado por faixas salariais, com base num índice de inflação projetado. Essa fórmula valeria apenas para as faixas mais baixas de salário, também de acordo com o princípio de proteger essas categorias. Os técnicos cogitam de uma forma de prefixação dos reajustes, que projetem a inflação futura e evitem a indexação formal pela taxa passada.

A discussão sobre política salarial no Congresso pode ficar para depois do recesso, segundo previsão da Assessoria do ministro Marcílio Marques Moreira. Por isso, no momento a negociação está mais concentrada na medida provisória que determinou reajustes para o funcionalismo público.